



PROVA 2016.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas 100 questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 100 questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 2 (duas) horas do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 1º de julho de 2016, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 4 de julho de 2016, às 12 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Itajaí, 1º de julho de 2016.



DIREITO CONSTITUCIONAL

01) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Conforme a CF/88 é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- b) É livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependentemente de autorização concedida por autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

02) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, Senadores e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- b) É correto afirmar que a Constituição Federal, no capítulo relativo aos Direitos Políticos, não prevê a inelegibilidade por questão de exercício de cargo executivo, estabelecendo restrições apenas decorrentes da prática de improbidade administrativa.
- c) O domicílio eleitoral, presente no art. 14 da CF/88, significa que o eleitor só poderá ter o título de eleitor na localidade em que tiver domicílio civil.
- d) A inelegibilidade por parentesco significa que os parentes, consangüíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção, de ocupantes de cargos executivos ficam impedidos de concorrer a quaisquer cargos no território da jurisdição do titular.

03) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo estão relacionadas a instituições do estado e a estrutura de definição dos direitos fundamentais, dependendo de edição de legislação regulamentadora ou atos posteriores para ter ampliação de sua eficácia.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático estão relacionadas aos direitos sociais e econômicos e necessitam de edição de emendas constitucionais posteriores que venham a restringir sua eficácia para que possam produzir efeitos.
- c) Uma das características das normas constitucionais é a abertura, significando que o texto da constituição possui várias cláusulas gerais, que indicam qual o sentido correto da norma constitucional para cada caso concreto de sua aplicação.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata são normas que nascem com eficácia plena e permitem que uma legislação infraconstitucional posterior venha a regular e restringir sua eficácia.

04) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Cláusulas Pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, estando presentes nas limitações formais e circunstâncias e vinculam o trabalho do poder de revisão da Constituição no sentido de estabelecer quais assuntos poderão ser alterados por este poder.
- b) As limitações materiais implícitas são limites a atuação do poder constituinte derivado criando um rol de matérias que vinculam a edição de leis infraconstitucionais e estabelecem orientações expressas a atuação estatal, somente podendo ser suprimida por meio de emendas



constitucionais previstas no texto do art. 60 da CF/88.

c) As limitações materiais implícitas são limites a atuação do poder constituinte derivado e determinam um rol expresso de assuntos que condicionam a elaboração de emendas a Constituição, criando um núcleo que só pode ser suprimido em situações de urgência ou por ratificação do poder constituinte originário.

d) As Cláusulas Pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, tendo origem na criação do núcleo da Constituição pelo poder constituinte originário, e impedem que o poder derivado venha a retirá-las do texto constitucional, mas admitem emendas que não venham a esvaziar seu conteúdo.

05) Conforme o previsto pela Constituição Federal no tocante ao poder executivo é CORRETO afirmar:

a) A eleição do presidente e do vice permite que concorram brasileiros natos e naturalizados, filiados ou não a partidos políticos.

b) Em havendo vacância dos cargos de presidente e vice da república assume o cargo o presidente do congresso nacional.

c) Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

d) Compete privativamente ao Presidente da República decretar e executar a intervenção federal ou municipal.

06) Sobre o controle de constitucionalidade assinale a alternativa CORRETA:

a) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá desistência mas se admite a intervenção de terceiros.

b) Na tramitação da ADI, em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

c) A petição inicial em ADI indicará o dispositivo da lei ou do ato normativo impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações o pedido, com suas especificações, e as partes que serão ouvidas para demonstrar a veracidade dos fundamentos da tese de inconstitucionalidade.

d) A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia prospectiva.

07) Sobre Comissões Parlamentares de Inquérito é CORRETO afirmar que:

a) Somente podem ser criadas mediante requerimento de um terço dos membros do Congresso Nacional, aprovado pela respectiva Mesa, para promover a responsabilidade criminal dos infratores, no prazo de noventa dias.

b) Têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são criadas, nos termos da Constituição, podendo determinar a quebra do sigilo fiscal e do sigilo bancário.

c) Visam a apurar ilegalidades no âmbito do Parlamento, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

d) Somente devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se houver solicitação expressa do Chefe do Ministério Público, exclusivamente para promover a ação penal pública da qual, segundo a Constituição, é titular.

**08) Em relação a forma federativa de Estado assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A competência legislativa pode ser caracterizadas como aquela em que o ente federado edita normas primárias para atuar no sentido exercer atividade administrativa de cunho material.
- b) A forma federativa de estado é considerada como sendo uma cláusula pétrea, sendo este motivo que emenda constitucional que altere o rol de competências privativas para concorrentes é considerada como inconstitucional.
- c) Conforme a Constituição Federal de 1988, as competências municipais podem ser exercidas de maneira plena, tanto no intuito de suplementar a legislação federal, como no intuito de atuar no interesse local.
- d) Confirme previsto no texto constitucional o exercício da competência concorrente estabelece a União a possibilidade de edição de normas gerais e aos Estados-membros a possibilidade de suplementação, que pode ser transformar em competência plena no caso de inexistência da norma geral.

09) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As competências do Congresso Nacional previstas no art. 48 da CF/88, são expressões da competência legislativa da União.
- b) Ao regular a competência do Congresso Nacional, prevista no art. 49 da CF/88, temos que o tipos de atos do processo legislativo aptos a regular essas competências são o decreto legislativo e as resoluções.
- c) As competências previstas nos arts. 51 e 52 da CF/88 são de natureza privativa, sendo possível considerar que tanto a Câmara Federal como o Senado Federal podem delega-las um ao outro.
- d) No exercício de suas atribuições o Senado Federal poderá atuar tanto no exercício das competências legislativas da União como no exercício de competências legislativas estaduais, em razão de representar a vontade dos Estados-membros.

10) Em relação aos direitos fundamentais assinale a alternativa CORRETA:

- a) As ações afirmativas são medidas públicas ou privadas, de caráter coercitivo ou não, que visam a promover a igualdade formal, através da discriminação negativa de pessoas integrantes de grupos que estejam em situação desfavorável, e que sejam vítimas de discriminação ou estigma social.
- b) A características da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais serve para determinar que as relações de particulares os direitos fundamentais podem produzir efeitos, sendo esta vinculação um dos fundamentos para que os particulares sejam destinatários dos direitos fundamentais.
- c) No caso de colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete identificar o direito ou a garantia fundamental que pode sofrer maior violação, buscando proteger assim o direito fundamental mais fraco no caso concreto, aplicando assim a noção de ponderação no aspecto validade e peso.
- d) A jurisprudência do STF reconheceu que o direito de liberdade de expressão deve ser interpretado de forma extensiva, exceto nos casos em que cause violação a outros direitos de liberdade, sendo este o fundamento para que o discurso do ódio, anonimato e os gestos não sejam protegidos pela liberdade de expressão.



DIREITO CIVIL

11) De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A usucapião é forma translativa de aquisição de coisas móveis e imóveis e pode ter como objeto coisa sobre a qual recaia uma garantia hipotecária.
- b) A servidão é direito real sobre a coisa alheia que recai somente sobre bens imóveis.
- c) É considerada posse mansa, pacífica, contínua e justa aquela que é exercida exclusivamente sobre coisas sobre as quais não se conhece a titularidade anterior. Caso haja conhecimento da titularidade trata-se de posse mansa, pacífica e injusta.
- d) São considerados direitos reais sobre a coisa alheia: superfície, usufruto e usucapião.

12) De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A usucapião extraordinária deve ter como objeto exclusivamente os imóveis urbanos.
- b) A usucapião rural pode ser requerida na forma individual e/ou coletiva.
- c) O superficiário é considerado possuidor direto.
- d) É impossível usucapir bem pertencente a pessoa relativamente incapaz.

13) Sobre a responsabilidade civil no direito civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação do dano.
- b) Nas obrigações solidárias, não se admite que seja condicional para um dos devedores e pura e incondicionada para outro.
- c) A chamada *culpa in contrahendo*, também conhecida como responsabilidade pré-negocial, não é admitida pelos tribunais pátrios.
- d) O ato ilícito fundamentador da responsabilidade deverá ser sempre culposos.

14) Sobre a distinção entre os regimes de responsabilidade civil contratual e extracontratual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A prescrição da pretensão indenizatória em ambos os casos será de 3 (três) anos nos termos do art. 206, § 3º, V do Código Civil.
- b) Caracterizada a violação de dever contratual, incumbe ao devedor o ônus de demonstrar que o fato causador do dano não lhe pode ser imputado.
- c) O Código de Defesa do Consumidor não diferencia entre ambos os regimes, optando pela divisão dual entre vício e fato do produto ou do serviço.
- d) Na responsabilidade civil contratual, em regra, os juros de mora começarão a correr quando da citação inicial, ressalvada a hipótese de haver certeza e liquidez débito.

15) Pescados Santiago obrigou-se a entregar 10 toneladas de peixes frescos pescados em determinada época específica do ano no litoral do Chile ao comprador Vitória Peixaria, localizado em São Paulo. Como adiantamento do preço do produto adquirido, a sociedade brasileira realizou pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Os peixes seriam usados na fabricação de produtos congelados e revendidos ao mercado consumidor brasileiro. Em decorrência de um tsunami que atingiu a costa do país andino, a pesca foi impossibilitada naquela temporada e Pescados Santiago não entregou a carga no prazo e modos acordados. Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA à luz do Direito brasileiro aplicável ao contrato:

- a) A falta da entrega das mercadorias faz com que o devedor, Pescados Santiago, responda pelo descumprimento da obrigação e pelas perdas e danos.
- b) Vitória Peixaria não pode exigir a entrega coercitiva dos pescados, uma vez que a obrigação



se tornou impossível sem culpa do devedor, hipótese na qual há a resolução *ex lege* da obrigação sem perdas e danos.

c) Pescados Santiago pode reter consigo o valor do adiantamento do preço pago pela Vitória Peixaria, no total de R\$ 50.000,00.

d) Pescados Santiago deve devolver o sinal de negócio em dobro, pois ele tem característica de arras confirmatórias.

16) Acerca dos modos especiais de extinção das obrigações, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Se o credor recusar-se a receber como pagamento coisa diversa da devida, ainda que mais valiosa, poderá o devedor ajuizar ação de dação em pagamento.

b) Admite-se a compensação de dívidas prescritas se, ao tempo em que presentes os requisitos da compensação, a exigibilidade das dívidas ainda não estava encoberta pela prescrição.

c) A consignação em pagamento tem lugar quando o credor se recusa a receber a prestação ou não pode recebe-la.

d) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece a possibilidade de discussão de contratos bancários ainda que tenham sido novados, quando o contrato contiver cláusulas abusivas.

17) Sobre a responsabilidade civil, responda:

a) Não é ato ilícito a deterioração ou destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente; no entanto, se o dono da coisa não foi o culpado pelo perigo, terá direito à indenização do prejuízo sofrido por aquele que destruiu seu bem.

b) A responsabilidade dos pais pelos atos de seus filhos menores é subjetiva.

c) O dono do animal que causar danos responde por estes ainda que prove força maior.

d) O incapaz não pode responder diretamente pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas que por ele respondam não tenham obrigação de fazê-lo ou não disponham de meios suficientes para tanto.

18) Em relação ao adimplemento das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

a) Não é válido convencionar pagamento de obrigação em ouro, salvo previsão em lei especial.

b) Não é possível a correção da prestação contratada, ainda que por motivos imprevisíveis sobrevenha manifesta desproporção entre o valor da prestação devida e do momento de sua execução.

c) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se for mais valiosa.

d) Não é lícito estipular o aumento progressivo de prestações sucessivas.

19) Joana, brasileira, solteira, com dezesseis anos de idade e desejando praticar atos da vida civil sem a necessidade de ser assistida, foi emancipada por concessão dos pais em Cartório, através de escritura pública. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

a) Como a emancipação foi por concessão dos pais, até que Joana complete 21 anos, seus pais têm possibilidade de, provando que se precipitaram e que isto acarretou prejuízo à Joana, revogar a concessão feita.

b) Com a emancipação, Joana deixou de ser absolutamente incapaz, podendo, por si só, praticar os atos da vida civil.

c) O ato de emancipação por concessão dos pais é ato voluntário somente produzindo efeito depois do devido registro em livro próprio do Cartório do 1º Ofício do Registro Civil da comarca de domicílio de Joana, anotando-se também, com remissões recíprocas, no assento de



nascimento.

d) Tendo em vista a emancipação, em caso de ato ilícito praticado por Joana até 18 anos incompletos, esta responderá integralmente pelos danos causados, não havendo responsabilidade solidária dos pais pelo ato praticado.

20) Assinale a alternativa CORRETA:

a) Será de quatro anos o prazo para o ajuizamento de ação destinada a anular o negócio jurídico celebrado sob coação, contados da data em que se realizou o negócio.

b) Os bens destinados à constituição de uma fundação, quando insuficientes, obrigatoriamente deverão ser incorporados à outra fundação, desde que se proponha a fim igual ou semelhante.

c) Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, mas sim o temor reverencial.

d) Quando os prazos forem fixados por hora, a sua contagem far-se-á de minuto a minuto.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Com uma preocupação especial ao princípio do contraditório, o legislador estabeleceu uma regra geral no art. 10 do CPC: “Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.”

Sobre o princípio do contraditório, assinale a alternativa CORRETA.

a) O princípio do contraditório se confunde com o da ampla defesa, por trazerem previsões e consequências idênticas.

b) A prescrição e a decadência somente poderão ser reconhecidas pelo magistrado após o contraditório, exceto quando se tratar de julgamento liminar pela improcedência do pedido.

c) O juiz não poderá relativizar essa máxima quando decidir liminarmente nas tutelas provisórias de urgência.

d) O juiz não poderá relativizar essa máxima nem nos casos em que, em ação monitória, for evidente o direito do autor, e expedirá mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.

22) Sobre o sistema de cooperação judiciária nacional previsto no CPC, assinale a alternativa CORRETA.

a) Pode ocorrer sem maiores formalidades.

b) Os atos praticados não precisam, necessariamente, ser autuados.

c) O pedido de cooperação judiciária pode ser realizado entre órgãos jurisdicionais de diferentes ramos do Poder Judiciário, desde que vinculados ao mesmo tribunal local.

d) Esse sistema acaba com as hipóteses de cabimento das cartas precatória e de ordem.

23) Quanto à liquidação de sentença, à luz do NCPC é CORRETO afirmar:

a) A liquidação constitui processo autônomo que se presta a apurar o valor devido, não se submetendo ao sincretismo processual, daí porque exigirá, ao final, a prolação de uma sentença, igualmente sujeita a recurso.

b) Há duas espécies de liquidação: a liquidação por arbitramento e a liquidação pelo procedimento comum, a qual terá lugar quando houver necessidade de alegar e provar fato



novo.

c) Na liquidação, excepcionalmente, será possível discutir de novo a lide, caso novos fundamentos sejam apresentados, desde que seja resguardado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

d) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, deverá o credor primeiramente promover a liquidação desta para, tão somente depois, promover a execução de todo o valor devido, prestigiando-se, assim, a celeridade processual.

24) Em relação ao cumprimento da sentença, à luz do NCPC, é CORRETO afirmar:

a) Apresentado o requerimento inicial (para instauração da fase de cumprimento da sentença), o devedor será, como regra geral, intimado na pessoa de seu advogado para efetuar o pagamento do débito respectivo, sob pena de multa; será intimado pessoalmente apenas quando não tiver advogado constituído nos autos.

b) Apresentado o requerimento inicial (para instauração da fase de cumprimento da sentença) no prazo de até um ano do trânsito em julgado, o devedor será intimado na pessoa do seu advogado; do contrário, será intimado pessoalmente.

c) No tocante ao foro, o cumprimento de sentença deverá se realizar, necessariamente, no juízo que decidiu o causa no primeiro grau de jurisdição, por se tratar de regra de competência absoluta.

d) Certificado o trânsito em julgado, a decisão judicial poderá ser levada a protesto, desde que o devedor não tenha satisfeito espontaneamente a obrigação no prazo de até 15 (quinze) dias após referido marco, dispensada qualquer notificação e/ou intimação a respeito.

25) Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) Das decisões monocráticas proferidas pelo relator o recurso cabível é a apelação.

b) O relator está autorizado a proferir decisões monocráticas somente nas hipóteses do art. 932, incisos III a V, do CPC.

c) O recorrente poderá a qualquer tempo, com a anuência do recorrido desistir do recurso.

d) A não comprovação, no ato de interposição de qualquer recurso, do comprovante do preparo importa na necessidade de intimação para que proceda o recolhimento em dobro do valor necessário.

26) Das alternativas abaixo, assinale a INCORRETA:

a) Quando, na sentença o juiz, o juiz proferir decisão interlocutória que se enquadre nas hipóteses do art. 1.015, do CPC, o recurso cabível é Agravo de Instrumento.

b) Interposta a apelação o apelado será intimado para oferecer as contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

c) A apelação terá efeito suspensivo; todavia, além de outras hipóteses prevista em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação as sentenças mencionadas nos incisos I a VI, do § 1º, do art. 1012.

d) A exposição do fato e do direito é um dos requisitos formais da apelação.

27) Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) Além das hipóteses previstas nos incisos I a XIII, do art. 1.015, CPC, também caberá agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença.

b) Quando da interposição do agravo de instrumento, caso não existe no processo alguns dos documentos tidos como obrigatórios para a instrução do recurso, a declaração de inexistência deverá ser firmada por certidão do escrivão ou do chefe da secretaria.

c) Tratando-se de processo eletrônico, o não cumprimento da exigência que trata o § 2º, do art.



1.018, do CPC, importará em inadmissibilidade do recurso.

d) Na falta de cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício, comprometendo a admissibilidade do recurso, o relator está autorizado a não conhecê-lo.

28) As ações possessórias são dotadas, entre outras, das seguintes características:

- a) Fungibilidade e congruência.
- b) Simplicidade e caráter dúplice.
- c) Objetividade e dialeticidade.
- d) Fungibilidade e caráter dúplice.

29) O CPC/15 extinguiu os seguintes procedimentos:

- a) Ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de nunciação de obra nova, ação de usucapião de terras particulares e vendas a crédito com reserva de domínio.
- b) Ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de nunciação de obra nova, ação de usucapião de terras particulares.
- c) Ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de nunciação de obra nova, ação de usucapião de terras particulares, vendas a crédito com reserva de domínio e ação de dar contas.
- d) Ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de nunciação de obra nova, ação de usucapião de terras particulares e vendas a crédito com reserva de domínio e ação de dissolução parcial da sociedade.

30) Cabe ação de prestação de contas, de acordo com a jurisprudência do STJ:

- a) Nos casos de mútuo bancário e financiamento.
- b) Nos casos de contrato de conta-corrente bancária.
- c) Proposta por um condômino em face do condomínio.
- d) Proposta após a aprovação das contas do síndico em assembleia condominial.

DIREITO PENAL

31) Diz-se que o crime é tentado quando:

- a) Iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- b) Quando nele se reúnem todos os elementos se sua definição legal.
- c) O agente voluntariamente desiste de prosseguir na execução.
- d) Quando o agente impede que o resultado se produza.

32) No que se refere ao concurso de crimes, em face da legislação brasileira, é CORRETO afirmar:

- a) As circunstâncias e condições pessoais sempre se comunicam entre os agentes.
- b) As circunstâncias e condições pessoais, quando elementares do crime, se comunicam entre os agentes.
- c) As circunstâncias e condições pessoais, salvo quando elementares do crime, se comunicam entre os agentes.
- d) As circunstâncias e condições objetivas não se comunicam entre os agentes.

33) Afonso, reincidente, foi condenado ao cumprimento de 1 ano e 6 meses de pena restritiva de direitos, pela prática de furto simples. Cumpre sua reprimenda sem qualquer



percalço. Obterá seu livramento condicional:

- a) Após cumprir 1/3 da pena.
- b) Após cumprir 1/2 da pena.
- c) Após cumprir 2/3 da pena.
- d) Afonso não faz jus ao livramento condicional.

34) Marta, em parceria com Tobias, entra na casa se deus pais, que estão viajando, junto ao grupo de idosos do qual fazem parte, pois tem a chave da casa do velho casal. De lá, juntos subtraem as joias de sua mãe, que são extremamente valiosas. Sobre o fato, é CORRETO afirmar:

- a) Ambos responderão por furto qualificado pelo concurso de pessoas.
- b) Marta é isenta de pena, pois o furto foi praticado contra o patrimônio de seus ascendentes. Tobias responderá por furto simples.
- c) Marta é isenta de pena, pois o furto foi praticado contra o patrimônio de seus ascendentes. Tobias responderá por furto qualificado pelo concurso de agentes.
- d) A circunstância de ser descendentes das vítimas do furto se comunica de Marta para Tobias e ambos são isentos de pena.

35) Assinale a assertiva CORRETA:

- a) O homicídio é um crime permanente.
- b) O homicídio é crime próprio.
- c) O homicídio é crime instantâneo, de efeitos permanentes.
- d) O homicídio qualificado-privilegiado é considerado crime hediondo.

36) Analise o caso hipotético: Pedro descobre, via “WhatsApp” que foi traído por sua esposa Maria. Com muito ódio no coração e forte dor de cabeça, Pedro compra uma faca e vai até sua residência. Espera anoitecer e mata Maria com trinta facadas. (1,0)

Marque a alternativa correta.

- a) Pedro praticou homicídio qualificado apenas.
- b) Pedro praticou homicídio simples apenas.
- c) Pedro praticou homicídio simples e qualificado.
- d) Pedro praticou homicídio privilegiado por estar influenciado por violenta emoção e qualificado por motivo fútil.

37) Analise o caso hipotético: Maria, cabeleireira, por inobservar dever de cuidado objetivo, coloca ácido em excesso em produto para cabelo de Joana. Em decorrência deste fato, Joana perde a visão total de um dos olhos, ficando com a visão prejudicada do outro olho, mas ainda conseguindo enxergar.

Marque a alternativa correta: Maria praticou o crime de: (1,0)

- a) Lesão Grave.
- b) Lesão Gravíssima.
- c) Lesão Culposa.
- d) Lesão Leve.

38) Analise as assertivas abaixo:

I) A calúnia é a ofensa a honra objetiva da vítima, sendo a honra objetiva aquela considerada a imputação de um fato determinado, falso e criminoso.

II) Caso se afirme falsamente: Bermírio é um ladrão. O crime cometido será o de calúnia, uma vez que se está imputando um fato criminoso a Bermírio.



III) É punível a calúnia contra os mortos.

IV) Não cabe exceção da verdade nos crimes de calúnia e difamação, entretanto é admissível no delito de injúria.

V) Injúria praticada pelo preconceito de raça é diferente do delito de racismo, enquanto o primeiro ofende a honra subjetiva da vítima o segundo ofende a dignidade da pessoa humana.

VI) Injúria real é aquela praticada pelo sujeito ativo, com dolo de humilhar a vítima, tendo como resultado lesões leves, graves ou gravíssimas ou ainda, vias de fato.

Marque no gabarito a alternativa que corresponde às assertivas.

- a) Existem três assertivas corretas.
- b) Existem quatro assertivas incorretas.
- c) Existe apenas uma correta.
- d) Todas estão incorretas.

39) O Estado Social Democrático de Direito apregoado pela ordem constitucional de 1988 está calcado no protagonismo social, na liberdade enquanto direito e garantia fundamental e no império da Lei. Dentre os princípios que decorrem do gênero maior da culpabilidade, há um específico que têm aplicação precípua nas hipóteses em que o agente infrator, malgrado ter usufruído em plenitude dos direitos sociais, mesmo assim opta, deliberada e voluntariamente, pelo envolvimento com o mundo do crime. Já reconhecido pelo STF em seus julgados, o princípio em questão é o da:

- a) Bagatela imprópria.
- b) Coculpabilidade.
- c) Coculpabilidade às avessas.
- d) Potencialidade lesiva.

40) Analise as assertivas abaixo e assinale a falsa:

- a) Alguns atos preparatórios podem ser passíveis de punição na esfera penal.
- b) Os crimes omissivos impróprios admitem tentativa.
- c) Na fórmula da Frank, “Posso prosseguir, mas não quero. Quero prosseguir, mas não posso”, a primeira frase representa a desistência voluntária e a segunda, o conatus.
- d) Na tentativa imperfeita o agente esgota a atividade executória e, mesmo assim, não conseguiu atingir o resultado naturalística desejado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41) Quanto às provas no processo penal, aponte a alternativa equivocada:

- a) O juiz que reconhecer a ilicitude da prova será substituído no processo, pois por ela foi contaminado.
- b) A lei processual penal trata das chamadas provas ilícitas por derivação, que também devem ser retiradas do processo.
- c) Admite-se a chamada prova emprestada, que é a trazida de outro feito para o processo, desde que tenha sido produzida sob o contraditório, resguardada a ampla defesa e diante das mesmas partes.
- d) O ônus da prova incumbe, via de regra, à acusação, que deve demonstrar a autoria, a materialidade e o elemento subjetivo do tipo penal imputado.

**42) Em relação a prisão e liberdade, é CORRETO afirmar:**

- a) Consoante Resolução do Conselho Nacional de Justiça, a audiência de custódia ou audiência de apresentação do preso ao juiz deverá ser realizada em até 12 horas após a comunicação da prisão em flagrante.
- b) Homologado o auto de prisão em flagrante, por preencher os requisitos intrínsecos e extrínsecos, tal prisão se converte automaticamente em prisão preventiva, embora isso não impeça a concessão de liberdade provisória, se for requerida.
- c) Em caso de flagrante impróprio (quase-flagrante), se o agente for perseguido logo após praticar o crime e for mantida a perseguição, ele poderá ser preso mesmo após o decurso de 24 horas.
- d) De acordo com a Lei n. 13.257/2016, que operou alterações no Código de Processo Penal, para beneficiar-se da prisão domiciliar a presa gestante deverá estar ao menos no 7º mês de gravidez ou quando esta for de alto risco.

43) A ação penal pública é a regra, sendo acertado a respeito do tema afirmar:

- a) A representação do ofendido é requisito de procedibilidade para a ação penal pública condicionada.
- b) A ação penal pública incondicionada deve respeitar o princípio da obrigatoriedade ou legalidade, não havendo exceções no ordenamento.
- c) Uma vez realizada a representação nos crimes de ação penal pública condicionada, somente caberá sua retratação até o recebimento da denúncia.
- d) Possui como característica o princípio da intranscendência, inaplicável às ações penais privadas.

44) Quanto à prova criminal, é lícito afirmar:

- a) A chamada prova diabólica é ilícita porque, em face da utilização de tortura para obtenção de confissão do acusado, ainda que delatória, viola garantias constitucionais.
- b) A colaboração premiada, conhecida também por delação premiada, pode importar em concessão de redução da pena ao integrante de organização criminosa que por meio dela vier a desvendar a participação de outros agentes, em crimes, ainda que o delator negue a autoria dos fatos delituosos contra ele investigados.
- c) Não é válida para o processo penal a prova oriunda de gravação de conversa telefônica apresentada pelo ofendido que foi um dos interlocutores, se não houve prévia autorização judicial.
- d) Ante a teoria dos “frutos da árvore proibida”, são inadmissíveis as provas ilícitas por derivação, salvo quando as provas derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente daquelas.

45) No tocante à ação penal privada, indique a alternativa que apresenta errônea:

- a) A fim de salvaguardar o princípio da indivisibilidade, poderá a queixa ser aditada a todo tempo para inclusão no polo passivo eventual querelado não arrolado inicialmente.
- b) É classificada em exclusiva, subsidiária da pública e personalíssima.
- c) A renúncia, o perdão e a perempção são institutos característicos desta espécie de ação.
- d) Havendo mais de um sucessor interessado em oferecer a queixa, deve ser respeitada a ordem de preferência estabelecida na lei, ou seja, cônjuge, ascendente, descendente e irmão.

46) No tocante às regras de procedimento penal é CORRETO afirmar:

- a) O procedimento comum se subdivide em: procedimento ordinário, cabível para crimes cuja pena privativa de liberdade máxima cominada é igual ou superior a 4 anos; procedimento



sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 anos; e procedimento sumariíssimo, para infrações penais de menor potencial ofensivo.

b) Em todos os procedimentos penais deverão ser inquiridas primeiro as testemunhas de acusação e depois as de defesa, de modo que, faltando uma de acusação, as de defesa somente poderão ser inquiridas em data posterior, após a oitiva daquela que faltou.

c) O Código de Processo Penal estabelece em 60 dias o prazo máximo para conclusão do procedimento comum ordinário, esteja preso ou não o acusado.

d) No procedimento especial relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri, ocorrendo a preclusão da decisão de pronúncia que encerra o sumário da culpa (“iudicium accusationis”), inicia-se a fase de julgamento (“iudicium causae”) com a apresentação, pelo Ministério Público, do libelo-crime acusatório.

47) Relativamente ao inquérito policial, é equivocado afirmar:

a) Comprovada a irregularidade da sua instauração, a ação penal, desta forma, também deve ser anulada por ser contaminada pelo vício.

b) Não é peça indispensável, podendo a ação penal ser proposta sem que tenha sido instaurado.

c) Seu sigilo não é absoluto, pois o advogado do indiciado pode ter acesso ao mesmo, conhecendo dos elementos que são juntados aos autos.

d) A autoridade policial não é obrigada a cumprir as diligências eventualmente solicitadas pelas partes envolvidas.

48) Pode-se afirmar, quanto a recursos criminais:

a) Cabe recurso em sentido estrito contra as decisões de impronúncia e absolvição sumária nos processos de competência do Tribunal do Júri.

b) Aplicam-se ao recurso especial e ao recurso extraordinário, no âmbito criminal, quanto ao juízo de admissibilidade e ao processamento, regras do Código de Processo Civil de 2015.

c) Ao julgar recurso de apelação da defesa, em face do princípio absoluto “tantum devolutum quantum appellatum”, o Tribunal não pode fazer “reformatio in melius” em relação àquilo que não foi alegado nas razões recursais.

d) Tanto o defensor quanto o Ministério Público pode desistir do recurso interposto.

49) Considerando os princípios do processo penal, aponte a assertiva que pode ser tida como verdadeira:

a) O estado de inocência não é absoluto, podendo ser aplicadas medidas de coerção pessoal e/ou limitação da liberdade antes mesmo da sentença penal transitada em julgado.

b) A busca da verdade real não encontra restrições no ordenamento jurídico.

c) O princípio da legalidade ou obrigatoriedade é aplicável em todas as espécies de ação penal, pois diz respeito à necessária atuação do Estado.

d) Não existe no processo penal o princípio da identidade física do juiz.

50) No que tange ao Direito Processual Penal em geral, é CORRETO afirmar:

a) Para todo crime de estupro a ação penal é pública incondicionada.

b) Na sentença penal condenatória o Juiz deve fixar valor mínimo de indenização que será executado pelo beneficiário perante o Juízo da Execução Penal.

c) Ocorre arquivamento implícito do inquérito policial quando o Ministério Público deixa de promover a ação penal contra algum dos indiciados ou de incluir algum dos fatos ditos delituosos.

d) O juiz pode fazer “mutatio libelli” na própria sentença condenatória criminal, independentemente de aditamento à peça acusatória inicial, quando os fatos que implicarem



nova definição jurídica estiverem explícita ou implicitamente descritos na denúncia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51) Sobre os princípios constitucionais administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

a) Com a inclusão do princípio da eficiência no artigo 37, caput da Constituição Federal (Emenda Constitucional n. 19/98), ampliou-se a preocupação com o planejamento, transparência e controle dos gastos públicos, sobretudo a partir da Lei Complementar n. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

b) Um dos princípios estruturantes da atividade administrativa é o princípio da indisponibilidade do interesse público. Neste sentido, quando o Estado deixa de reconhecer uma inegável obrigação de indenizar, a fim de evitar gastos imediatos ao patrimônio público, impondo ao cidadão o acesso ao Poder Judiciário para satisfazer seu direito, além de interpor todos os recursos cabíveis, simplesmente para dificultar a efetiva satisfação do direito já reiteradamente reconhecido pela Justiça, mesmo assim está satisfazendo o interesse público primário, com respaldo no princípio da indisponibilidade do interesse público.

c) Os princípios constitucionais são normas vinculantes, cogentes e que devem ser aplicados pelos legisladores, julgadores e operadores jurídicos em geral. Neste sentido, segundo a jurisprudência do STF, a prática do nepotismo (emprego de parentes) no serviço público acaba por atentar contra os princípios da impessoalidade e moralidade administrativa.

d) O princípio da legalidade administrativa impõe aos agentes públicos a fiel observância da lei quando da atividade administrativa, sendo que a lei ao agente público significa um “deves fazer assim”.

52) Acerca dos poderes da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

a) No exercício de competências vinculadas, o agente público não dispõe de margem de liberdade de ação, devendo apenas decidir acerca do mérito administrativo, ou seja, a utilidade e a adequação da atividade administrativa escolhida.

b) A discricionariedade não deve ser confundida com a arbitrariedade. A arbitrariedade constitui-se na face mais ampla da discricionariedade, ou seja, na atividade administrativa fundada em razões de interesse público, que devem ser protegidos pela Administração Pública, ainda que não amparados em lei.

c) O poder hierárquico tem como traços característicos a coordenação e a subordinação entre órgãos e agentes públicos, decorrendo daí a ordenação das atividades, o controle e a fiscalização da atividade administrativa, bem como o poder de revisão dos atos administrativos.

d) Com base no poder disciplinar, o agente público competente pode aplicar penalidades aos servidores públicos, desde que comprovada a ocorrência de infração administrativa, independentemente de motivação da decisão e de observância ao devido processo legal administrativo.

53) Acerca da organização da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

a) As sociedades de economia mista podem ser constituídas tanto como empresas exploradoras de atividade econômica, como empresas prestadoras de serviços públicos. Já as empresas públicas, que possuem somente capital social público, somente podem ser constituídas como exploradoras de atividade econômica.

b) As sociedades de economia mista e as empresas públicas são espécies do gênero empresas



estatais. Ainda que sejam semelhantes em vários aspectos, possuem pontos de diferenciação, como no caso da formação societária, sendo que as sociedades de economia mista somente podem assumir a forma de sociedades anônimas.

c) Os consórcios públicos são entidades partes da Administração Pública indireta, criados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a prestação de serviços públicos e realização de objetivos de interesse comum.

d) Com base no Decreto-lei n. 20.910/32, no âmbito das autarquias, como de resto para todas as entidades integrantes da Fazenda Pública, o prazo prescricional para quaisquer direitos ou créditos contra tais entidades é de 05 (cinco) anos.

54) Sobre a teoria geral dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os requisitos do objeto e do motivo dos atos administrativos admitem, em determinados casos, o exercício de competências discricionárias. Já a competência, a forma e a finalidade configuram exemplos de requisitos vinculados dos atos administrativos.

b) As condições de perfeição, validade e eficácia dos atos administrativos não impõe que as mesmas sejam, necessariamente, analisadas de forma conjunta, já que nem sempre os atos inválidos serão imperfeitos e ineficazes.

c) O desvio de finalidade configura um vício de finalidade do ato administrativo, indicando sua desconformidade aos objetivos traçados pelo ordenamento jurídico, em contrariedade às normas legais e ao interesse público.

d) Segundo a jurisprudência pacificada, inclusive por meio da Súmula n. 473 do STF, a Administração Pública pode anular seus próprios atos, por questões de conveniência e oportunidade, ou revogá-los, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.

55) Sobre a responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

a) Ressalvados os casos dos processos administrativos, a Constituição Federal assegura aos litigantes em âmbito judicial, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

b) O Estado somente responde por atos ilícitos, uma vez que os danos decorrentes de atividade lícita do Estado não são indenizáveis, até porque não poderá haver direito à indenização se o Estado agir conforme a lei.

c) Com base na teoria da responsabilidade do Estado fundada na culpa do agente, o Estado responde de forma objetiva, desde que comprovada a ação dolosa ou culposa do agente, a ocorrência do dano e o nexo de causalidade.

d) A Constituição Federal assegura que o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

56) São considerados bens públicos pela Constituição:

a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

b) Os programas de computador com código aberto.

c) O patrimônio das empresas públicas e de suas subsidiárias.

d) As terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

57) A ordem econômica está fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Pode-se dizer ainda, com base na Constituição da República:

a) A defesa do meio ambiente, inclusive com tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços, constitui princípio que orienta a atividade econômica.



- b) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado será permitida em casos de interesse financeiro que justifique a concessão de privilégios fiscais não extensivos ao mercado.
- c) São livres os investimentos de capital estrangeiro no país, bem como a remessa de lucros ao exterior.
- d) A pesquisa, lavra, refinação, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados constituem monopólio da União, que deverá executar diretamente tais atividades.

58) A Constituição determina que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público. Acerca dos servidores públicos, pode-se dizer ainda:

- a) Para o cumprimento dos limites de despesa com pessoal estabelecidos no art. 169 da Constituição, e na forma regulamentada pela lei, poderá ocorrer a exoneração de servidores estáveis.
- b) Os cargos públicos são inacessíveis a estrangeiros.
- c) É permitida a acumulação de dois cargos públicos de professor com outro, técnico ou científico.
- d) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, sendo facultada a participação nos cursos para a promoção na carreira.

59) A variação periódica do valor do contrato administrativo seguindo índice oficial previsto contratualmente, é considerada:

- a) Reajuste de preços.
- b) Cláusula exorbitante.
- c) Termo aditivo.
- d) Aplicação da teoria da imprevisão.

60) A subcontratação nos contratos administrativos:

- a) Será admitida apenas em parte de obra, serviço ou fornecimento de natureza complexa, e na forma autorizada pela administração.
- b) Não será admitida em qualquer hipótese, extinguindo-se o contrato administrativo com a morte do contratado.
- c) Será admitida em contrato de serviços técnicos especializados.
- d) É livremente admitida, em razão do princípio da impessoalidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61) Dentre os tributos abaixo, assinale aquela assertiva que contém apenas aqueles que podem ser instituídos pelos Municípios

- a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição para o Custeio do regime de previdência de seus servidores; Taxas.
- b) Contribuição de melhoria; Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato Oneroso – ITBI.
- c) Imposto sobre Serviços – ISS; Contribuição de melhoria; Empréstimo Compulsório.
- d) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

62) Angelina arrematou um terreno no bairro Saco dos Limões, em um leilão judicial da 1ª



Vara do trabalho de Florianópolis. Arrematou-o por R\$ 15.000,00 mas, passados 3 meses, foi surpreendida com a cobrança de R\$ 2.100,00 relativos a IPTUs do terreno em atraso, dos últimos 4 anos. Questionada, a Prefeitura diz que a obrigação é propter rem e segue a coisa. Nestas condições, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade pelo pagamento do tributo é de Angelina, pois aplica-se ao caso a regra que diz que as dívidas tributárias se subrogam na pessoa do adquirente.
- b) A responsabilidade pelo pagamento do tributo deve recair sobre o antigo proprietário, uma vez que o imóvel foi adquirido através de hasta pública (leilão judicial).
- c) Quando o imóvel é adquirido em hasta pública, os débitos de IPTU subrogam-se no preço pago, de forma que Angelina receberá o imóvel livre deste ônus.
- d) A responsabilidade pelo pagamento de tributo será de Angelina se os débitos de IPTU constavam do edital. Se o edital não fazia menção, a responsabilidade pelo pagamento será do antigo proprietário.

63) Arlindo, Breno, Célio e Dilnei são irmãos e adquiriram um terreno em condomínio, para investimento. Cada um investiu R\$ 250.000,00 necessários para a aquisição do terreno no valor total de R\$ 1.000.000,00. Ocorre que o IPTU de 2014, no valor de R\$ 8.000,00 não foi pago e uma execução fiscal foi ajuizada pelo Município de Garopaba. Sobre esta situação fática frente aos débitos de IPTU, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um sendo obrigado ao pagamento de R\$ 2.000,00 (25%).
- b) Caso Célio efetue o pagamento de R\$ 2.000,00, está liberado da solidariedade existente entre os devedores.
- c) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um obrigado ao pagamento da totalidade da dívida.
- d) Caso Dilnei seja titular de uma isenção concedida em caráter pessoal, não estará liberado da solidariedade com relação aos R\$ 6.000,00 restantes.

64) Sobre a constituição do crédito tributário e sua modificação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do sujeito ativo.
- b) O lançamento tributário pode ser alterado a qualquer momento pelo sujeito ativo da obrigação tributária, sendo suficiente para tal a fundamentação do ato administrativo de lançamento.
- c) O lançamento tributário somente pode ser alterado em caso de recurso de ofício e de dolo do sujeito passivo ao fraudar as informações apresentadas quando do lançamento por homologação.
- d) A entrega de declaração pelo contribuinte, informando o débito fiscal, necessita de formalização de lançamento de ofício por parte do sujeito ativo.

65) No que concerne à capacidade tributária passiva, analise os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Um paciente internado na UTI em coma profundo há 6 anos, proprietário de um veículo automotor, perderá a qualidade de contribuinte do IPVA (imposto sobre a propriedade de veículo automotor) quando for obtida a sua curatela.
- b) Um menor com 5 anos de idade que possui um bem imóvel registrado em seu nome, ainda que sob tutela de seus pais, não perde a qualidade de contribuinte do IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana).
- c) O locatário de imóvel é sujeito passivo do IPTU na qualidade de responsável tributário,



quando previsto no contrato de locação a sua responsabilidade pelo recolhimento do tributo.

d) Uma unidade econômica sem personalidade jurídica (“pessoa jurídica” não constituída regularmente) não pode ser contribuinte de IRPJ (imposto sobre a renda da pessoa jurídica).

66) A empresa Hipotético Condicional Cursos e Treinamentos Ltda. encerrou suas atividades (“fechou as portas”) sem a baixa nos órgãos competentes (Junta Comercial e Receitas Municipal e Federal), deixando em aberto dívidas de ISS – Imposto sobre Serviços e INSS – contribuição previdenciária, esta última retida do salário dos empregados mas não recolhida. Sabendo-se que a empresa possui como sócios Agnelo, sócio cotista com 2% do capital social e Luigi, sócio administrador com 98% do capital social, assinale a alternativa CORRETA:

a) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade tributária do sócio administrador, independentemente do tributo suprimido.

b) É possível a responsabilidade dos sócios cotistas (sem poder de gerência e administração) pelos débitos de ISS – Imposto sobre Serviços.

c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio administrador.

d) Não será possível o redirecionamento da execução fiscal a nenhum dos sócios da empresa, vez que o ato de encerrar as atividades sem a comunicação dos órgãos competentes não constitui hipótese autorizadora de tal medida.

67) Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Tendo apenas um débito e verificada uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade deste crédito tributário, o contribuinte obterá certidão positiva com efeitos de negativa.

b) A moratória constitui uma postergação do prazo para pagamento do tributo, de forma que durante este período a exigibilidade do crédito fica suspensa.

c) O parcelamento é forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

d) Em caso de discussão judicial do crédito tributário, para proceder ao depósito do montante integral o contribuinte terá que obter autorização judicial.

68) Empresa optante do Simples Nacional deixou de recolher o tributo durante todo o ano de 2009, R\$ 500,00 mensais que venciam todo o dia 20 do mês seguinte (ex.: faturamento do mês de janeiro, vencimento no dia 20 de fevereiro; faturamento do mês de dezembro, vencimento no dia 20 de janeiro). Em 15/04/2010 a empresa entregou sua DASN (declaração anual do simples nacional), informando o débito global de R\$ 6.000,00. Ocorreu que, em 10/04/2015 a empresa foi citada em execução fiscal referente a este ano de 2009, cujo “cite-se” se deu em 17/01/2015. Contribuinte comparece aos autos alegando a prescrição do crédito tributário. Dentro deste contexto:

a) Ocorreu a prescrição dos créditos tributários de todas as competências de 2009, janeiro a dezembro, tendo em vista o transcurso de mais de 5 anos entre o último vencimento (20/01/2015) até a citação do devedor.

b) Ocorreu a prescrição dos créditos tributários de janeiro de 2009 a novembro de 2009 mas não a de dezembro de 2009, tendo em vista que entre o vencimento (20/01/2015) e o despacho que determina a citação não se passaram 5 anos.

c) Não ocorreu a prescrição dos créditos tributários, uma vez que não se passaram 5 anos entre a data da entrega da declaração (15/04/2010) e o despacho que determinou a citação (17/01/2015).

d) Não ocorreu a prescrição dos créditos tributários, uma vez que os tributos precisam ser alvo



de lançamento e notificação fiscal pelo sujeito ativo.

69) A empresa XYZ Comércio de Automóveis Ltda. alugou um imóvel na Av. das Flores Bonitas, onde antes estava estabelecida a empresa ABC Só Carros Luxuosos Ltda.. Esta última possui débitos de ICMS, referentes ao ano de 2014, na ordem de R\$ 15.000,00. Partindo destes fatos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que corresponde corretamente à sujeição passiva tributária das empresas:

I – o fato de a empresa XYZ alugar o imóvel onde antes estava localizada a empresa ABC não autoriza a responsabilidade tributária da empresa XYZ sucessão tributária;

II – caso a empresa ABC deixe de funcionar, sem retomar as atividades dentro de seis meses, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

III – caso a empresa ABC permaneça em funcionamento mas em outro endereço, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

IV – caso a empresa ABC retome suas atividades após quatro meses e dezoito dias, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos tributários será integral

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

70) Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I – a existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.

II – pagar IPTU não é uma obrigação tributária.

III – emitir nota fiscal é uma obrigação tributária.

IV – escriturar livros fiscais é uma obrigação tributária.

V – segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.

a) Apenas as alternativas I, e IV estão corretas.

b) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.

c) Apenas as alternativas II e V estão corretas.

d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

DIREITO EMPRESARIAL

71) A Lei nº 12.441/2011, procurando apresentar mais uma opção para as pessoas que desejam se constituir como empresa, instituiu a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - “EIRELI”. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não pode ser inferior a 150 (cento e cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

b) O nome empresarial da empresa individual de responsabilidade limitada deverá ser formado por denominação e com a inclusão da expressão “EIRELI”.

c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

d) A empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, deverá sempre



ser constituída nesta modalidade, não podendo, portanto, resultar de concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio.

72) O Código Civil (Lei nº 10.406/2002), que trata do direito societário, apresenta vários tipos de sociedades, cada uma com as suas características próprias. Dentre os enunciados abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na sociedade em conta de participação a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio participante.
- b) Na sociedade em comum, apenas o sócio majoritário responde ilimitada pelas obrigações da sociedade.
- c) As sociedades cooperativas, independentemente do objeto social, são sempre sociedades simples.
- d) A sociedade simples não possui personalidade jurídica, sendo desnecessária a inscrição de seu contrato social no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

73) O Código Civil (Lei nº 10.406/2002), aos tratar das sociedades personificadas, apresenta a sociedade simples, aquela formada por quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística. A respeito da sociedade simples, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, no caso de cessão total ou parcial de quota na sociedade, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- b) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos sócios e dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhe a ilegalidade.
- c) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete ao sócio que for titular da maioria das quotas do capital social da sociedade.
- d) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

74) O Código Civil ((Lei nº 10.406/2002), estabelece normas para disciplinar a Sociedade Limitada. Segundo a legislação pertinente e dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

- a) Na sociedade limitada, independentemente da integralização ou não do capital social, a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas.
- b) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas. A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- c) Na sociedade limitada, independentemente do número de sócios, as deliberações serão tomadas em assembleia.
- d) Na sociedade limitada, não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem, tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações estabelecidas no contrato mais as despesas.



75) A Lei nº 11.101/05, objetivando viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor e permitir a manutenção da fonte produtora, instituiu o plano especial de recuperação judicial às ME e EPP. Sobre o plano de recuperação especial para ME e EPP, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Plano Especial de recuperação judicial abrangerá somente os créditos quirografários.
- b) O plano especial de recuperação judicial preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a.
- c) O plano especial de recuperação judicial preverá o pagamento da 1ª (primeira) parcela no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da distribuição do pedido de recuperação judicial.
- d) O pedido de recuperação judicial com base em plano especial acarreta a suspensão do curso da prescrição nem das ações por créditos não abrangidos pelo plano.

76) A legislação brasileira, ao tratar a respeito das sociedades, prevê a possibilidade da reorganização societária. Sobre as formas de reorganização societária abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A transformação é a mudança do tipo societário, porém ocorre a dissolução da sociedade transformada.
- b) A cisão é a operação pela qual a sociedade transfere parcelas do seu patrimônio para uma outra sociedade. A cisão pode ser total ou parcial.
- c) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra e origina uma nova personalidade jurídica.
- d) A fusão não determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

77) De acordo com a legislação pertinente, que trata dos títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A letra de câmbio é uma promessa de pagamento, feita pelo sacador ao beneficiário e que não admite aceite e permite o endosso parcial.
- b) A duplicata é um título de crédito causal que é protestável por falta de aceite, de devolução ou pagamento.
- c) O cheque é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo, transmissível por endosso e que admite aceite.
- d) A nota promissória é uma promessa de pagamento e que admite aceite.

78) De acordo com a Lei nº 7.357/85, dispõe sobre o cheque e dá outras providências. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.
- b) Prescrevem em 6 (seis) meses, contados a partir da apresentação, o portador perde o direito de promover a sua execução do cheque.
- c) O pagamento do cheque se fará à medida em que forem apresentados os cheques e se 2 (dois) ou mais forem apresentados simultaneamente, sem que os fundos disponíveis bastem para o pagamento de todos, terão preferência os de emissão mais antiga e, se da mesma data, os de número inferior.
- d) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência.



79) A Lei nº 6.404/76 disciplina a Sociedade Anônima. Dentre as alternativas abaixo que tratam deste tipo societário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O membro do conselho de administração, na sociedade anônima, deve ser acionista da sociedade para a qual ele fará parte como conselheiro.
- b) A realização das assembleias gerais de acionistas devem ser precedidas da publicação do edital de convocação, quer seja de capital fechado ou de capital aberto o prazo é de 15 dias e 8 dias de antecedência.
- c) As sociedades anônimas podem emitir os seguintes títulos mobiliários/negociáveis: partes beneficiárias, bônus de subscrição, letra de câmbio e debêntures.
- d) Nas sociedades anônimas os detentores de ações ordinárias têm direito de voto nas assembleias gerais e os de ações preferenciais têm preferência no recebimento dos dividendos.

80) O Código Civil (Lei nº 10.406/2002), ao tratar do Direito de Empresa, estabelece normas que devem ser obedecidas pelo empresário. Com base nos textos abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- b) O empresário casado, não pode, sem autorização de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus reais.
- c) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.
- d) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

LEIS ESPECIAIS

81) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ação de impugnação do mandato eletivo pode ser ajuizada no prazo de 03 dias contados da diplomação, consoante a regra prevista no artigo 14, § 10 da Constituição Federal.
- b) É permitida a veiculação de propaganda eleitoral a partir de 16 de agosto do ano da eleição.
- c) No sistema proporcional, é adotado para a escolha dos membros do poder legislativo, exceto para senadores, o quociente eleitoral e o quociente partidário.
- d) É vedado aos partidos receber recursos de pessoa jurídica.

82) Assinale a INCORRETA:

- a) O brasileiro naturalizado pode ser eleito deputado federal, mas não poderá ser escolhido pelos seus pares para ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- b) A prática de conduta vedada estabelecida no artigo 73 da Lei nº 9.504/97, que se aplica a todos os agentes públicos, servidores ou não, sujeita o infrator à pena de multa, de cassação do registro ou do diploma.
- c) Aquele que for condenado em representação prevista no artigo 30-A da Lei nº 9.504/97, que pode ser ajuizada até 15 dias contados da diplomação, terá seu diploma cassado.
- d) A representação por captação ilícita de sufrágio prevista no artigo 41-A da Lei nº 9.504/97 pode abranger fatos ocorridos antes do pedido de registro de candidatura.

83) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A competência para julgar recurso contra a expedição do diploma nas eleições municipais é do juiz eleitoral da respectiva zona eleitoral.



- b) Apenas o Ministério Público Eleitoral possui legitimidade para propor ação de impugnação ao mandato eletivo.
- c) A ação de investigação judicial eleitoral a que se refere o artigo 22 da Lei Complementar 64/90 pode ser ajuizada até a data da diplomação.
- d) Só é admitido o registro do estatuto de partido político que comprove o apoio de eleitores, correspondente a, pelo menos, 1% dos votos válidos dados na última eleição para a Câmara dos Deputados, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 10% do eleitorado que haja votado em cada um deles.

84) Sobre a disciplina atual do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil, é CORRETO afirmar:

- a) Tem com base a doutrina da situação irregular, que identifica o adolescente em situação de ameaça ou violação de direitos com o adolescente praticante de atos infracionais, conferindo a ambos o mesmo tratamento.
- b) Tem como base a doutrina da proteção integral, amparada na idéia que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos que devem ser assegurados pela família, estado e sociedade com primazia absoluta.
- c) Está fundamentada no melhor interesse da criança e do adolescente, que se extrai da vontade de seus pais ou responsáveis, os quais se presumem mais capacitados para responder em seu nome.
- d) Não tem como fundamento a participação da criança e do adolescente, pois a sua condição de imaturidade não lhes permite manifestar a sua vontade de maneira clara.

85) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), é CORRETO dizer:

- a) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta mesma Lei.
- b) A garantia da prioridade conferida à criança e ao adolescente não se aplica à formulação e execução de políticas sociais públicas, podendo a Administração Pública escolher livremente aquelas que deseja priorizar.
- c) O direito fundamental à vida e à saúde pode ser relativizado em face de outros direitos fundamentais do adulto que sejam mais importantes.
- d) O direito à convivência familiar e comunitária permite a institucionalização da criança e do adolescente cuja família seja carente de recursos financeiros.

86) Sobre o direito fundamental à convivência familiar e comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), é correto dizer:

- a) O Estado tem o dever de priorizar, com aplicação de políticas públicas, a manutenção da criança ou adolescente em sua família natural, composta por qualquer dos pais e seus descendentes.
- b) O acolhimento institucional é a primeira medida a ser tomada ao se verificar que uma criança ou adolescente tem seus direitos ameaçados, antes mesmo de verificar-se a possibilidade de aplicação de qualquer outra medida protetiva.
- c) A família natural, merecedora da proteção do Estado, é apenas aquela composta pelo pai e pela mãe casados.
- d) A família extensa ou ampliada com a qual a criança ou adolescente não tenha nenhum vínculo de afinidade e afetividade tem prioridade para fins de sua colocação em família substituta.



87) Sobre o conceito de consumidor, marque a alternativa CORRETA:

- a) Para a teoria doutrinária finalista, a Lei nº 8.078/90 é apenas aplicada às pessoas físicas que adquirem ou utilizam produto ou serviço como destinatárias finais.
- b) As vítimas de produto defeituoso podem ser equiparadas a consumidor, todavia a elas não se possibilita, de ofício, a inversão do ônus da prova.
- c) De acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, as pessoas expostas às práticas comerciais abusivas equiparam-se a consumidores, apenas se elas forem determináveis.
- d) Jurisprudencialmente os Tribunais Superiores aplicam a teoria doutrinária maximalista para dirimir conflitos advindos das relações de consumo.

88) Qual a principal característica conceitual no CDC sobre o consumidor?

- a) Ser destinatário final do produto ou serviço.
- b) Ser conceituado antes porque o próprio código diz que trata-se de defesa do consumidor.
- c) Ser sempre a parte mais frágil na relação consumerista.
- d) Estar polarizado ao conceito do fornecedor.

89) Sobre a competência para legislar sobre meio ambiente é CORRETO afirmar:

- a) Apenas a União pode legislar.
- b) A União e os Estados exclusivamente.
- c) União, Estados e Municípios sem observância de qualquer critério de tema ou hierarquia.
- d) União, Estados e Municípios desde que estes respeitem a legislação estadual e federal (Precedentes do STF).

90) São princípios do direito ambiental relacionados com o arbitramento do dano:

- a) Participação pública e informação.
- b) Informação e poluidor-pagador.
- c) Reparação integral e poluidor-pagador.
- d) Informação e reparação integral.

JUIZADOS ESPECIAIS

91) Em relação aos Juizados Especiais, assinale a opção CORRETA.

- a) Os princípios enumerados no art. 2º da Lei nº 9.099/95 informam e sustentam todo o sistema que foi erigido e em razão de seu papel interpretativo e, impõem-se mesmo frente à lei.
- b) O juízo arbitral não poderá ser instaurado no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, diante do conflito de competências.
- c) O microsistema dos juizados especiais não tem autonomia em face da vigência do novo Código de Processo Civil brasileiro.
- d) A competência dos juizados especiais deve verificar a presença da incidência do art. 3º da Lei nº 9.099/95, desconsiderando a questão da menor complexidade aferida pelo objeto da prova.

92) De acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Estaduais) os processos devem ser orientados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Decorrem desses princípios as seguintes assertivas, EXCETO:

- a) Os embargos declaratórios poderão ser interpostos de forma oral, ao contrário do que ocorre com outros recursos interpostos de forma escrita.
- b) Não se reconhecerá a nulidade de qualquer outro ato processual se não houver efetivo prejuízo à parte.



- c) Não são devidas custas processuais e demais despesas no primeiro grau de jurisdição, mesmo havendo a condenação do vencido ao pagamento das custas e honorários advocatícios em caso de litigância de má-fé.
- d) Possibilidade de conciliação das partes independentemente de prévia apresentação do pedido, bastando o seu comparecimento.

93) Quanto ao regramento jurídico dos Juizados Especiais, assinale a opção INCORRETA:

- a) No teto da competência, não deve estar incluída a multa fixada para o cumprimento de obrigação, que poderá exceder aos 40 (quarenta) salários mínimos.
- b) Para a fixação do valor da causa em caso de litisconsórcio ativo, será considerado o valor individual pretendido para cada um dos litisconsortes.
- c) As demandas regidas por procedimentos especiais, a rigor, não podem ser processadas nos juizados especiais, exceto as possessórias sobre imóveis, observando-se o valor de alçada.
- d) A inobservância da regra de competência territorial gera vício relativo, que não poderá ser conhecido de ofício pelo magistrado, competindo à parte alegá-lo por meio da arguição adequada.

94) Considerando as disposições da Lei dos Juizados Especiais, é CORRETO afirmar:

- a) Podem demandar perante os juizados especiais cíveis, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os cessionários de direitos de pessoas jurídicas.
- b) O pedido, em regra, deve ser certo e determinado, mas a própria lei dos juizados especiais possibilita a formulação de pedido genérico, situação que deverá ser definida até o momento da prolação da sentença, vez que vedada, expressamente, que esta seja ilíquida.
- c) Das sentenças proferidas no âmbito dos juizados especiais, sejam de mérito ou homologatória das decisões proferidas por juiz leigo, caberá recurso inominado.
- d) A multa prevista de 10% para o cumprimento de sentença aplica-se nos juizados especiais, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada, sendo devido à fixação dos honorários advocatícios.

95) Demóclides propôs ação de despejo para uso próprio do imóvel perante o Juizado Especial Cível Estadual. Em termos de competência pertinente ao caso sob exame, afirma-se que:

- a) A presença do advogado é obrigatória para fixação da competência.
- b) A ação de despejo para uso próprio, em razão da matéria, pode ser julgada nos juizados especiais.
- c) O microsistema dos juizados especiais não julgam ações de despejo para uso próprio que ultrapassam a alçada de 40 salários mínimos.
- d) As ações de menor complexidade estão excluídas da competência dos juizados especiais.

96) A respeito dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão os juizados especiais, providos somente por juízes togados, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, em todas as hipóteses, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
- b) Os Juizados Especiais Criminais estaduais são órgãos do Poder Judiciário, criados pela Lei Federal n.º 9.099/95, com o intuito de agilizar os procedimentos penais de sua competência, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.



- c) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á, exclusivamente, pelos critérios da oralidade, formalidade, economia processual e celeridade.
- d) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

97) No que tange à competência e aos atos processuais nos Juizados Especiais Criminais, é INCORRETO afirmar que:

- a) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- b) Nos Juizados Especiais Criminais, a não localização para citação pessoal, bem como a não formulação da denúncia, em razão da complexidade ou circunstâncias do caso, são causas de modificação da competência.
- c) É pacífica a jurisprudência de que, no caso de concurso de crimes, a pena considerada para fins de fixação da competência do Juizado Especial Criminal será o resultado da soma, no caso de concurso material, ou a exasperação, na hipótese de concurso formal ou crime continuado, das penas máximas cominadas aos delitos.
- d) Havendo necessidade da prática de atos processuais em outras comarcas, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

98) Concernente à fase preliminar dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará inquérito policial e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- b) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
- c) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.
- d) Não se admitirá a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, restritiva de direito ou multa, por sentença definitiva.

99) Sobre o Procedimento Sumaríssimo, aponte a a alternativa INCORRETA:

- a) Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.
- b) Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.
- c) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- d) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão, os quais serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão e interrompem o prazo para a interposição de recurso.



100) Acerca da suspensão condicional do processo, nos termos da Lei nº 9.099/95, é INCORRETO inferir que:

- a) Nos crimes em que a pena máxima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- b) Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições: reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo; proibição de frequentar determinados lugares; proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz, bem como comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.
- c) O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.
- d) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano. Poderá ser revogada, a seu turno, se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.